OLHARES INFANTIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UMA TURMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

AMARALINA PEREIRA

RESUMO: Este artigo descreve uma prática pedagógica realizada com uma turma de educação infantil, cujo ponto de partida foi a curiosidade das crianças sobre o ambiente ao redor da escola, surgida a partir da pergunta: “O que há do outro lado do muro?”. A partir dessa indagação, as crianças foram incentivadas a investigar a biodiversidade local, refletir sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente e compreender a importância da preservação ambiental. Utilizando atividades lúdicas, rodas de conversa, pesquisas de campo e expressões artísticas, o projeto envolveu as crianças de forma ativa, estimulando seu protagonismo e pensamento crítico sobre questões ambientais. O artigo também aborda como a educação ambiental pode ser integrada de maneira contínua e interdisciplinar no currículo escolar, promovendo o desenvolvimento de uma consciência ecológica desde os primeiros anos de vida. A experiência apresentada ilustra como práticas pedagógicas lúdicas e investigativas, combinadas com o respeito à curiosidade infantil, são fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de agir em prol da sustentabilidade.
Palavras-chave: Educação ambiental, protagonismo infantil, investigação, educação infantil, sustentabilidade

ABSTRACT: This article describes a pedagogical practice carried out with a kindergarten class, whose starting point was the children's curiosity about the environment surrounding the school, which arose from the question: "What's on the other side of the wall?". Based on this question, the children were encouraged to investigate local biodiversity, reflect on the impact of human actions on the environment and understand the importance of environmental preservation. Using playful activities, discussion groups, field research and artistic expressions, the project actively involved children, stimulating their protagonism and critical thinking about environmental issues. The article also addressed how environmental education can be integrated in a continuous and interdisciplinary manner into the school curriculum, promoting the development of ecological awareness from the earliest years of life. The experience illustrates how ludic and investigative pedagogical practices, combined with respect for children's curiosity, are fundamental for the formation of conscious and responsible citizens, capable of acting in favor of sustainability.

Keywords: Environmental education, children's leadership, research, early childhood education, sustainability

INTRODUÇÃO

A educação ambiental tem se consolidado como uma dimensão essencial no processo formativo das novas gerações, especialmente diante dos desafios socioambientais que caracterizam o mundo contemporâneo. Na educação infantil, esse campo ganha ainda mais relevância, pois é nesse período que se formam as bases para a construção de valores, atitudes e percepções em relação ao meio ambiente. Trabalhar temas ecológicos com crianças pequenas exige sensibilidade pedagógica e metodologias que valorizem a escuta, a curiosidade e a interação com o mundo natural.

Mais do que a simples transmissão de informações, a educação ambiental na infância deve promover experiências significativas que incentivem a observação, a investigação e a participação ativa dos alunos. Ao explorar o ambiente de forma lúdica e reflexiva, as crianças ampliam sua compreensão sobre as relações entre os seres vivos, os recursos naturais e as ações humanas, desenvolvendo uma postura mais consciente e responsável.

Neste contexto, a escola assume o papel de espaço privilegiado para a promoção de práticas pedagógicas que dialoguem com as vivências das crianças e estimulem a cons-

trução coletiva do conhecimento. Projetos que partem de perguntas genuínas dos alunos, integrando diferentes áreas do saber, contribuem para o fortalecimento do pensamento crítico e para a formação de sujeitos mais engajados com a preservação da vida no planeta.

Este artigo apresenta uma experiência desenvolvida com uma turma de educação infantil, cuja proposta pedagógica teve início a partir da pergunta: "O que há do outro lado do muro?". A partir dessa indagação, desencadeou-se um percurso educativo que envolveu atividades de exploração, pesquisa, criação e reflexão sobre temas ambientais, promovendo aprendizagens significativas e integradas às realidades das crianças. A experiência descrita busca evidenciar como a educação ambiental pode ser efetiva quando ancorada na escuta das infâncias e no compromisso com a formação de cidadãos conscientes e participativos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO DIREITO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação ambiental é um tema de extrema relevância no contexto educacional, especialmente quando se trata da educação infantil. Nesse sentido, a educação ambiental pode ser considerada não apenas uma prática pedagógica, mas também um direito das crianças, conforme preconizado pela legislação brasileira. No Brasil, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), reconhece a importância de integrar a educação ambiental aos processos educativos desde as primeiras fases da educação, incluindo a educação infantil.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) tem como objetivo garantir a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capacitando-os para a preservação e o respeito ao meio ambiente. Essa lei estabelece que a educação ambiental deve ser integrada aos currículos escolares de forma transversal, ou seja, ela deve permear todas as áreas de conhecimento e ser abordada de maneira interdisciplinar.

Em seu artigo 3º, a Lei nº 9.795/1999, estabelece os princípios da educação ambiental, incluindo a formação de uma consciência crítica e responsável em relação à preservação do meio ambiente. O inciso VI deste artigo é particularmente importante, pois afirma que a educação ambiental é um direito de todos os cidadãos e deve ser promovida de forma acessível e eficaz desde a educação infantil:

“Art. 3º: A educação ambiental, em todos os níveis e modalidades de ensino e nos diferentes espaços de educação, tem como diretrizes: ... VI - a educação ambiental é um direito de todos, em qualquer fase do processo educativo, e deve ser promovida como eixo articulador da educação básica.”

Esse trecho da legislação reflete que a educação ambiental não é apenas uma escolha pedagógica, mas um direito fundamental que deve ser oferecido de forma estruturada e contínua, desde a educação infantil até os níveis mais avançados de ensino. Por isso a inserção da educação ambiental na educação infantil não apenas contribui para o desenvolvimento da consciência ecológica, mas também possibilita o engajamento das crianças em práticas e reflexões que vão além da sala de aula. O contato com a natureza, o aprendizado sobre os diferentes ecossistemas, a conscientização sobre a importância de preservar o meio ambiente e o desenvolvimento de atitudes responsáveis são elementos fundamentais dessa fase de aprendizagem.

Em consonância com esses princípios legais, Morin (2000) argumenta que a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimentos isolados. Ela precisa integrar as complexas interações entre a vida humana e a natureza, desenvolvendo no aluno um pensamento crítico e holístico, capaz de enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI. Esse olhar mais amplo favorece práticas pedagógicas que não apenas informam, mas também transformam, colocando as crianças como agentes conscientes desde suas primeiras vivências escolares.

De acordo com a Lei nº 9.795/1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (PCN's) reforçam a importância de trabalhar temas relacionados ao meio

ambiente de maneira lúdica e integrada ao cotidiano das crianças. Os PCN's estabelecem que, desde a educação infantil, as crianças devem ter contato com práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento de uma consciência ambiental, estimulando o respeito à natureza e o entendimento sobre os impactos das ações humanas.

Assim como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também reconhece a educação ambiental como parte integrante da formação educacional no país. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil, em seu artigo 26, propõe que a educação ambiental deve ser trabalhada de forma interligada aos currículos das escolas:

"Art. 26. O ensino será ministrado com base em princípios que respeitem os direitos fundamentais da pessoa humana e em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável."

Nesse sentido, a educação ambiental não pode ser considerada um conteúdo isolado ou secundário. Ela precisa ser abordada de forma constante, integrada ao processo pedagógico de todas as áreas do conhecimento, e especialmente no contexto da educação infantil, que é a fase da vida em que as crianças começam a formar suas primeiras percepções sobre o mundo.

Para que a educação ambiental seja efetivamente reconhecida como um direito da criança, é necessário que as escolas adotem práticas pedagógicas que incentivem o aprendizado ativo e a reflexão crítica sobre as questões ambientais. Em vez de apenas repassar informações sobre a natureza, é fundamental criar um ambiente onde as crianças possam explorar, questionar, experimentar e agir sobre os temas relacionados ao meio ambiente.

No contexto da educação infantil, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se tornam uma referência essencial para a formação de cidadãos conscientes e engajados com as questões ambientais e sociais. A educação ambiental, como discutido anteriormente, é um elemento central para alcançar diversos desses objetivos, especialmente o ODS 4, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida. Esse objetivo destaca a importância de integrar o ensino de práticas sustentáveis nas escolas, desde a educação básica até o ensino superior.

Além disso, a educação ambiental também está diretamente relacionada ao ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), que busca aumentar a conscientização e a educação sobre a mudança climática e seus impactos. Ao promover atividades que estimulam a observação crítica e a reflexão sobre o ambiente local, as crianças se tornam mais preparadas para compreender as implicações das mudanças climáticas e como suas ações podem contribuir para a mitigação desses impactos.

O ODS 15 (Vida Terrestre), que trata da proteção, restauração e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, também se conecta diretamente com a prática pedagógica da educação ambiental, ao ensinar as crianças sobre a biodiversidade local, os impactos da urbanização sobre os ecossistemas e as formas de conservação da natureza. As atividades que estimulam a curiosidade sobre a fauna e flora local, como as observações de insetos e a visitação a espaços verdes, são ferramentas poderosas para sensibilizar as crianças sobre a importância de conservar os ecossistemas ao seu redor.

Assim, a integração dos ODS no currículo da educação infantil não só contribui para a formação de cidadãos responsáveis, mas também fortalece o papel das escolas como espaços de transformação social e ambiental. Por meio de atividades lúdicas e experiências pedagógicas significativas, como as descritas neste artigo, as crianças podem aprender a agir de forma mais responsável e solidária, impactando positivamente o futuro do planeta.

RELATO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA

Tudo começou com um olhar curioso por uma fresta que havia no muro da escola, as crianças comentavam sobre o que havia do outro lado do muro. Comentavam sobre o que observavam e ouviram da comunidade local, gerando um ambiente propício para o desenvolvimento de um projeto de educa-

ção ambiental. Através da pergunta “Afinal, o que tem depois da fresta?”
As discussões iniciaram com falas das crianças, como: “Os homens da prefeitura estão limpando lá, eu vi!” (João Vitor). “Eu vi também, minha casa fica ali!” (Isaac). “Será que tem jacaré?” (Júlia), “Acho que tem jacaré e cobra lá!” (Ruth). Essas falas revelaram a curiosidade das crianças sobre os seres vivos que habitam o local e a preocupação com a fauna local, além de levantar questões sobre os impactos da urbanização na natureza ao redor da escola. Como a sala de aula estava próxima a um rio, as crianças também questionaram sobre o ecossistema local e começaram a fazer associações com outros lugares que conheceram ou ouviram falar.
Dúvidas que instigaram uma série de conversas sobre animais, habitats e cuidados com a natureza. A professora facilitou o diálogo, promovendo rodas de conversa, rodas de leitura, atividades de desenho e modelagem com diversos materiais, onde as crianças representaram seus animais de estimação e outros bichos explorados em livros como os livros: “Que bicho é este?” (Texto: Luísa Maria Neves da Silva Ilustrações: Dione Moraes) e “Bichodário” (Texto: Telma Guimarães Ilustrações Sami e Bill). Essas atividades ajudaram as crianças a desenvolverem habilidades artísticas e de expressão, além de estimular o raciocínio crítico e a capacidade de observar o mundo ao seu redor com mais atenção.
Além das discussões orais e das produções artísticas, os alunos realizaram pesquisas sobre insetos encontrados no jardim da escola, como borboletas, lagartas e joaninhas, e aprenderam sobre seus hábitos alimentares, suas transformações e os ciclos de vida desses pequenos seres. Cada grupo de crianças foi incentivado a observar e documentar as mudanças nos insetos ao longo do tempo, promovendo o desenvolvimento de competências científicas e de observação. Também foram apresentados vídeos educativos e livros sobre biodiversidade e a importância dos insetos na cadeia alimentar.
Uma experiência marcante para todos os alunos foi assistir a um vídeo do canal “Show do Tiago” no YouTube, onde um garoto demonstrou, através de um experimento simples,
o impacto das palavras nas plantas. A ideia de que nossas ações e palavras podem afetar
o meio ambiente e os seres vivos ao nosso redor gerou uma reflexão profunda entre as

crianças, que passaram a associar o respeito e o cuidado com a natureza como uma prática essencial no cotidiano escolar.
Além disso, a turma participou de atividades que incentivavam o autocontrole e a escuta ativa, revisitando os "combinados da turma", que foram criados por eles no início do ano. Utilizamos exercícios de respiração e meditação guiada como ferramentas para auxiliar as crianças na regulação emocional, para que pudessem lidar com as frustrações e desenvolver empatia pelo próximo, estabelecendo um ambiente de respeito mútuo. A ideia era que as crianças compreendessem que o respeito ao próximo e à natureza andam juntos, criando uma cultura de cuidado.
A relação entre os alunos e o espaço ao redor foi ainda mais aprofundada quando trouxemos fotos do que encontraram do outro lado do muro: lixo e poluição. Após uma discussão em que as crianças identificaram a degradação do rio local, todos comprometeram-se a conscientizar familiares sobre a importância de preservarmos nosso meio ambiente. A discussão sobre a poluição gerou um intenso debate sobre as formas de proteção do meio ambiente, e as crianças começaram a entender que ações simples, como o descarte correto de lixo e a redução do consumo de plásticos, podem fazer a diferença. Contamos com uma palestra de dois Auxiliares Técnicos de Educação da nossa unidade escolar, sendo eles moradores mais antigos da comunidade local, sobre como o rio que passa logo atrás da nossa escola, era na época em que eles eram crianças, trouxe um novo olhar para os alunos. Essas lembranças de brincadeiras e de um rio limpo geraram um sonho coletivo: restaurar a saúde do rio para que as futuras gerações possam desfrutar da beleza de suas águas limpas. Esse relato trouxe um forte sentido de pertencimento e a importância de cuidarmos dos espaços que nos cercam, pois são

eles que moldam nossas
memórias e influenciam as gerações futuras. A escuta atenta das infâncias, valorizando suas perguntas e percepções sobre o mundo, reforça o papel transformador da educação ambiental. Como ressalta Silva (2005), quando integrada de forma lúdica e investigativa, essa prática permite às crianças desenvolverem uma nova percepção sobre o mundo natural. Isso ficou evidente quando os alunos passaram a refletir sobre o estado do rio local e sugeriram ações concretas para sua recuperação, revelando uma mudança de olhar que vai além do conteúdo e alcança o comprometimento com a realidade ao seu redor.

A CURIOSIDADE E O PROTAGONISMO INFANTIL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A curiosidade das crianças, ao ser explorada de maneira lúdica, desempenha um papel essencial nesse processo investigativo. A simples pergunta feita pelos alunos sobre o que havia "do outro lado do muro" gera uma série de questionamentos que, ao longo da prática relatada a seguir, vão sendo aprofundados e ampliados por meio de atividades de observação, pesquisa e expressão criativa.

Segundo Morin (2000), a educação não deve se limitar à mera transmissão de conhecimentos isolados, mas deve integrar as complexas interações entre a vida humana e a natureza, desenvolvendo um pensamento crítico e holístico. Em seu trabalho, o autor argumenta que "a educação precisa ir além da simples transmissão de conhecimentos isolados. Deve envolver a compreensão das relações complexas que existem entre os diferentes aspectos da vida humana e da natureza, e ajudar os alunos a desenvolverem um pensamento crítico e integrado" (Morin, 2000, p. 59). Essa perspectiva ressoa com a abordagem investigativa na educação infantil, na qual as crianças são estimuladas a perceber a complexidade das questões ambientais e a refletir criticamente sobre suas ações.

De maneira complementar, Silva (2005) ressalta que a educação ambiental, quando integrada ao processo pedagógico de forma lúdica e investigativa, proporciona às crianças uma nova percepção sobre o mundo natural. A autora defende que essa prática deve ser contínua e voltada à transformação da visão de mundo dos alunos, capacitando-os a se tornarem agentes conscientes na resolução de questões ambientais.

Freire (1996) enfatiza a importância do protagonismo no processo de aprendizagem, e é justamente a partir desse protagonismo que se dá a construção do conhecimento. Como afirma Freire (1996, p. 42): "o conhecimento se constrói quando o sujeito é colocado como protagonista do processo. Isso significa que a aprendizagem não é um ato passivo, mas um processo dinâmico, no qual o educando se apropria do saber e constrói sua compreensão do mundo a partir da sua própria experiência". A curiosidade e o questionamento, portanto, são impulsionadores do aprendizado, permitindo que as crianças, por meio de suas próprias observações e reflexões, se tornassem protagonistas da construção do conhecimento ambiental. Esse protagonismo se alinha com os princípios da educação dialógica e transformadora, conforme proposto por Freire (1996), que defende que a educação deve ser um processo de liberdade, no qual educador e educando compartilham saberes e refletem criticamente sobre a realidade. Para o autor, o conhecimento se constrói quando o sujeito é colocado como protagonista do processo, o que significa que 'a aprendizagem não é um ato passivo, mas um processo dinâmico, no qual o educando se apropria do saber e constrói sua compreensão do mundo a partir da sua própria experiência' (Freire, 1996, p. 42). A educação ambiental, portanto, deve ser entendida não apenas como um processo de aprendizagem, mas como uma verdadeira forma de transformação social, onde os sujeitos se envolvem ativamente na construção de soluções para os problemas ambientais.Além disso, como discutido por Silva (2005), a abordagem investigativa, aliada à ludicidade, favorece o desenvolvimento do pensamento crítico desde a infância, permitindo que as crianças compreendam as relações entre as ações humanas e os impactos no meio ambiente. No contexto da experiência descrita, as crianças foram encorajadas a investigar, expressar e refletir sobre suas

descobertas de forma ativa e participativa.

A importância da abordagem lúdica na educação infantil é amplamente discutida por diversos autores. Morin (2000), por exemplo, defende que a educação deve proporcionar aos alunos uma compreensão crítica e integrada das questões ambientais, permitindo que se desenvolvam como cidadãos conscientes e críticos. Ao realizar atividades lúdicas e investigativas, como observações sobre a fauna e flora local, as crianças não apenas aprendem sobre a biodiversidade, mas também se engajam ativamente na busca de soluções para problemas ambientais observados em sua própria comunidade.

As discussões em sala de aula, que envolvem temas como poluição e os impactos da urbanização, demonstram como a educação ambiental, quando realizada de forma interativa e prática, pode gerar reflexões profundas nas crianças. Como Morin (2000, p. 59) argumenta, "a educação precisa ir além da simples transmissão de conhecimentos isolados", e a abordagem investigativa nas atividades com as crianças é um exemplo claro disso. Os alunos são estimulados a perceber a complexidade das questões ambientais e a refletir criticamente sobre suas ações e sobre o impacto da sociedade no meio ambiente.

Por meio de pesquisa sobre insetos no jardim da escola, as crianças são desafiadas a observar o ciclo de vida de seres vivos, fazendo conexões com a cadeia alimentar e os ecossistemas locais. Esse tipo de atividade, que envolve pesquisa, expressão artística e debates sobre o que foi aprendido, exemplifica a maneira como as práticas lúdicas podem favorecer a compreensão de conceitos complexos, de maneira acessível e interessante para as crianças.

A experiência vivida também ilustra como o protagonismo pode ser incorporado ao processo de aprendizagem de maneira efetiva. Como mencionado por Freire (1996), o processo de aprendizagem é dinâmico e se torna significativo quando o aluno é envolvido ativamente. As crianças, ao refletirem sobre a poluição do rio e o impacto das ações humanas, começam a perceber a relação entre suas próprias atitudes e o estado do ambiente ao seu redor. Este tipo de reflexão crítica é essencial para a formação de cidadãos conscientes, conforme sugere Silva (2005), que destaca a importância de construir, desde cedo, uma compreensão sobre a interdependência entre o ser humano e a natureza.

O debate sobre como melhorar a qualidade do rio e diminuir os impactos ambientais gerados pela urbanização local proporciona um espaço para as crianças expressarem suas ideias sobre sustentabilidade e proteção ambiental. De acordo com Morin (2000), a educação deve ser capaz de promover uma "compreensão das relações complexas entre os diferentes aspectos da vida humana e da natureza", e isso foi claramente observado no relato de prática na sala de aula, quando as crianças, com o apoio da professora, começaram a pensar em soluções para os problemas ambientais locais. Além disso, a exibição de vídeos educativos e o relato de moradores mais velhos sobre a transformação do rio ao longo do tempo fortaleceram o senso de pertencimento e a responsabilidade coletiva em relação ao meio ambiente.

O(a) professor(a) desempenha um papel fundamental na mediação do conhecimento. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento infantil é profundamente influenciado pelas interações sociais e pela mediação dos adultos. O(a) professor(a), ao facilitar as discussões e atividades, ajuda as crianças a conectarem seus conhecimentos prévios com novos aprendizados, sempre respeitando a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de cada aluno. Dessa forma, as crianças são desafiadas a refletir de maneira mais profunda sobre suas descobertas, ao mesmo tempo em que recebem o apoio necessário para ampliar suas compreensões.

Além disso, ao permitir que as crianças sejam protagonistas do processo de aprendizagem, o (a) professor (a) fomenta a autonomia e o pensamento crítico, permitindo que as crianças não apenas compreendam os conceitos ambientais, mas também se vejam como agentes ativos de mudança. Como destaca Freire (1996), "a aprendizagem não é um ato passivo, mas um processo dinâmico", e isso foi observado quando as crianças passaram a se engajar ativamente nas discussões e nas práticas de preservação am-

biental do relato.
Dessa forma, proporcionando um ambiente rico de interações, onde as crianças possam aprender de maneira colaborativa e ativa.

CONCLUSÃO

A experiência vivida por essa turma ilustra de maneira eficaz como a educação ambiental pode ser integrada de forma lúdica e significativa no cotidiano escolar. Ao cultivar a curiosidade, o respeito e a responsabilidade desde as primeiras fases da educação, estamos não apenas formando cidadãos mais conscientes, mas também preparando-os para se tornarem agentes ativos na preservação do meio ambiente.

Através de atividades práticas que envolvem observação, pesquisa, expressão artística e reflexão crítica, as crianças são desafiadas a compreender a complexidade dos problemas ambientais e a reconhecer o impacto de suas ações no processo de preservação da natureza. Mais do que uma simples transmissão de conhecimento, essa prática educativa favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica e engajada.

Que essa iniciativa inspire outras escolas a incorporarem a educação ambiental em suas propostas pedagógicas, criando oportunidades para que as crianças se tornem protagonistas de um futuro mais sustentável. O trabalho realizado com essa turma exemplifica como, mesmo nas etapas iniciais da educação, é possível estabelecer as bases para uma sólida consciência ecológica, fundamental para enfrentar os desafios ambientais que o mundo enfrenta.

Como reforça Freire (1996), a verdadeira aprendizagem ocorre quando há liberdade para pensar criticamente e transformar a realidade. Assim, ao estimular a participação ativa das crianças nas decisões e reflexões ambientais, a escola contribui não apenas para o conhecimento acadêmico, mas para a formação de sujeitos capazes de agir eticamente em suas comunidades.

É imprescindível que mais iniciativas como essa sejam implementadas, assegurando que a educação ambiental seja uma presença constante no currículo escolar. Só assim, conseguiremos formar cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a preservação do nosso planeta, criando uma sociedade mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm
. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/L11645.htm
. Acesso em: 02 abr. 2025.

BIESMEYER, Ingrid. O mundinho. São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JUNIOR, José Carlos de Almeida. Educação ambiental: uma questão de formação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: https://sdgs.un.org/goals
. Acesso em: 02 abr. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 8.951, de 4 de outubro de 1994. Dispõe sobre a instituição na rede escolar de ensino de atividade e programas de educação ambiental. Disponível em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em: 02 abr. 2025.
Assembleia Legislativa de São Paulo

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Acesso em: 02 abr. 2025. Assembleia Legislativa de São Paulo

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 63.456, de 5 de junho de 2018. Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental e institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (CIEA). Disponível em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em: 02 abr. 2025.
Assembleia Legislativa de São Paulo

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 69.581, de 5 de junho de 2025. Regulamenta o artigo 12 da Lei nº 12.780/2007, instituindo o Programa Estadual de Educação Ambiental – ProEEA. Disponível em: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em: 02 abr. 2025.
Assembleia Legislativa de São Paulo

SÃO PAULO (Município). Lei nº 15.967, de 24 de janeiro de 2014. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo. Disponível em: Prefeitura do Município de São Paulo. Acesso em: 02 abr. 2025.
Legislação Prefeitura SP

SILVA, Adriana. Educação e sustentabilidade: reflexões para a prática pedagógica. Campinas: Papirus, 2010.

SILVA, Maria de Fátima. Educação ambiental: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2005.

TIBURCIO, Jorge. A educação ambiental na escola: reflexões e práticas. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução: L. M. S. Teixeira. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.